

TEORIA NÃO OCIDENTAL & POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: PROVOCAÇÕES DE UMA ANÁLISE COMPARADA DAS MOTIVAÇÕES PARA A POSIÇÃO COINCIDENTE BRASILEIRO-ARGENTINA EM TORNO DA CRIAÇÃO DO CONSELHO SUL-AMERICANO DE DEFESA.

Mariana Kalil ¹

RESUMO

No presente artigo, a Política Comparada é método que pretende provocar debates epistemológicos mais amplos a respeito das Relações Internacionais e dos Estudos Estratégicos no Brasil.

¹Mariana Kalil é Doutoranda em História das Relações Internacionais do Brasil pelo Instituto de Relações Internacionais (IRel) da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Mestre em Política Internacional e Comparada pelo mesmo Instituto, Representante da América Latina no Comitê Executivo da International Studies Association (ISA), Nova Iorque, EUA, e Professora Colaboradora do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ.

Ao analisar comparativamente a posição coincidente brasileiro-argentina em torno da criação do Conselho Sul-Americano de Defesa, controlou-se (a) a distribuição de poder no cenário internacional; (b) a ideologia do partido/regime/líder ou as preferências políticas dos negociadores; (c) as pressões e a influência dos Estados Unidos; (d) as estratégias de negociação; (e) os grupos de pressão domésticos. Concluiu-se que as pressões e a influência dos Estados Unidos tiveram potencial explicativo mais protuberante diante das outras variáveis selecionadas. Verificou-se, assim, se a compreensão acerca da política externa brasileira poderia, no caso, ensejar inovações epistemológicas para os Estudos Internacionais, a partir das reflexões a respeito da Teoria Não Ocidental, buscando com a leitura de autores nacionais que tratam do Complexo Regional de Segurança gerar debate nacional que reúna, principalmente, questões relacionadas à paz e à segurança do Brasil, como inerentemente debatedoras daquilo que Buzan e Little (2010) destacam como amarras para o pensamento internacional.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Teoria Não Ocidental; Política Comparada

NON-WESTERN THEORY & BRAZILIAN FOREIGN POLICY: INCITEMENTS OF A COMPARATIVE ANALYSIS OVER THE MOTIVATIONS BEHIND THE BRAZILIAN-ARGENTINIAN COINCIDING POSITIONS OVER THE CONSTITUTION OF THE SOUTH AMERICAN DEFENSE COUNCIL

ABSTRACT

In this contribution, Comparative Politics is the method that sparks broader epistemological debates regarding the study of International Relations and Strategic Studies in Brazil. While analyzing comparatively the coinciding position among Brazil and Argentina over the constitution of the South-American Defense Council, the following were controlled: (a) the distribution of power in the international system; (b) the party's/the regime's/the leader's ideology or the political preferences of the delegates; (c) the US pressure and influence; (d) the strategies of negotiation; (e) the domestic groups of pressure. It came to a conclusion where the US pressure and influence showed a higher potential to explain such a coincidence. It was thusly verified whether the understanding of the Brazilian Foreign Policy may engender epistemological innovations for the International Studies, based on reflections upon the Non-Western Theory, in an effort that reached out to Brazilian literature willing to yield national debates that namely tackle matters of peace and security in Brazil, as these intrinsically approach what Buzan & Little (2010) highlight as hindrances for a truly international thought.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Non-Western Theory; Comparative Politics

INTRODUÇÃO

As Relações Internacionais e os Estudos Estratégicos têm alguns pontos de tangência. Dentre eles, encontram-se questões epistemológicas, tais como o tratamento do Estado como ator protagonista da epistemologia tradicional de ambas as disciplinas e caminhos metodológicos utilizados para explicar, entender ou mesmo prever a ação desses entes.

Nesse sentido, a Política Comparada surge como forma potencialmente eficaz de abordar ambas as disciplinas, medindo o impacto de determinados elementos na tomada de decisão dos Estados,

como maneira de, por exemplo, determinar qual seria o fator que mais teria peso para o resultado de certas posições. Diante disso, este artigo propõe-se a fornecer análise comparada acerca das motivações para a posição coincidente de Brasil e Argentina em torno da criação do Conselho Sul-Americano de Defesa. A metodologia da Política Comparada aparece como forma de transcender alguns debates que, tanto na literatura, quanto no noticiário ou nos documentos fornecidos por ambos os Estados, acabam por entoar semelhanças excessivas entre as estruturas estatais e burocráticas, o que acaba por gerar determinadas denúncias, por exemplo, de aproximação ideológica.

Ainda, este artigo pretende engajar-se no debate epistemológico da Teoria das Relações Internacionais, por meio de abordagens que, no século XXI, incorporam os avanços da Global History e transcendem as constatações tanto da Teoria Crítica quanto do pós-colonialismo.

A emergência da noção de Teoria Não Ocidental é acompanhada pelo interesse acerca do que se produz regional e localmente a respeito das realidades regionais e locais. Nesse sentido, a perspectiva a seguir sintetiza aquilo que autores como Tickner e Weaver (2009) percebem na literatura local e regional acerca da política externa e das relações exteriores dos países da América Latina:

Latin American foreign policy researchers have failed to build on each other's work in a way that would move them towards a general theory. Similarly, foreign policy researchers seeking to explain broad themes of Latin American foreign policy, frequently measured with the region's voting behavior in the United Nations, too often fail to examine the internal dynamics of the process and thereby miss an important part of the picture. (...) Researchers in this area rarely spend time pondering methodological issues. Overwhelmingly, the case study approach dominates the literature. Most examinations are qualitative studies (...) The research heavily focuses on the nation-state and often takes the form of story-telling, albeit in an analytical way

which sometimes includes some loosely tested hypotheses. A 'kitchen sink' approach is also popular, in which researchers model and examine all the potential explanatory inputs into a particular country's (or countries') foreign policy. (HEY, 1997)

O objetivo geral desta contribuição é caminhar adiante nas análises a respeito das relações internacionais na América Latina, identificando possíveis tendências teóricas ou correlações causais que possam oferecer plataforma metodologicamente complexa para reflexões posteriores a respeito da teoria das Relações Internacionais. Acharya (2014) compreende como criação de normas subsidiárias ou de normas localizadas as tendências do mundo não ocidental na aplicação das abordagens teóricas e metodológicas usualmente provenientes do norte, especialmente da literatura anglossaxã sobre Relações Internacionais.

Para o autor, as elites de uma região ou de um país tenderiam a localizar normas, quando fazem apenas adaptações contextuais a suas premissas e propostas, enquanto o processo de criação de normas subsidiárias partiria da existência de propostas e premissas teóricas e metodológicas construídas a partir de amostragem diversa à realidade que se visa a analisar, com o intuito de construir ideias subsidiárias, no sentido de possibilitar que se possa utilizar-se do establishment da ciência para exercer análises acerca de fenômenos distintos.

Assim, as normas subsidiárias difeririam das normas localizadas, na medida em que aquelas se preocupariam em observar as construções teóricas e metodológicas do Norte, sem rechaçá-las a priori por motivos ideológicos, sentimentais, ou quaisquer outros, mas observando-as com cautela, para medir sua aplicabilidade e sua validade diante de ontologias que podem divergir daquelas ao ponto de tornar tais propostas inaplicáveis à realidade local ou regional.

Ademais das tendências de formação de um Híbrido Latino-Americano, como afirma Tickner e Weaver (2009), ou de aceitação da influência da teoria da dependência ou do realismo político pelos tomadores de decisão e pelos analistas de relações exteriores da América Latina, como destaca Hey (1997), Braveboy-Wagner (2003) aponta para uma tendência que Acharya (2014) não prevê em sua percepção a respeito do tratamento

das ideias pelo mundo não Ocidental. A autora (2003) ressalta, a respeito da literatura Latino-Americana sobre políticas exteriores da região, tendências a rechaçar a priori, por motivos de ressentimento político e moral, propostas teóricas e metodológica especialmente derivadas do que reconhecem como projeto de poder imperialista estadunidense para conquistar corações e mentes no quintal latino-americano, impondo interesses egoístas e necessariamente excludente de qualquer êxito ou progresso econômico, político e social na América Latina.

No entanto, como demonstram Tickner e Weaver (2009) e Hey (1997), tais autores apenas optariam por aplicar outras ideias, como a teoria da dependência e a do sistema-mundo, em detrimento de debates centrais da Teoria das Relações Internacionais. O objetivo específico deste artigo é, por sua vez, observar, de acordo com a assunção de Hey (1997) de que o realismo influencia a política e as análises a respeito da política na América Latina, por meio da verificação da hipótese de que suas ontologias e seus axiomas não são negados, tampouco inválidos no comportamento de Brasil e Argentina em torno do Conselho Sul-Americano de Defesa (CDS).

Com base na noção de Hey (1997) de que, na literatura sobre as políticas externas latino-americanas, “the research heavily focuses on the nation-state and often takes the form of story-telling, albeit in an analytical way which sometimes includes some loosely tested hypotheses”, serão avaliadas as motivações das políticas exteriores brasileira e argentina para engajarem-se na arquitetura do Conselho de Defesa Sul-Americano, verificando a existência de tendências que Buzan e Little (2010) encontram na maneira como a historiografia global tende a contar a própria história, relacionando-a com o possível desenvolvimento de uma teoria das relações internacionais não ocidental.

This underdevelopment is primarily the product of theorists operating within a methodological straitjacket (...) These shortcomings were identified as presentism, or the tendency to view the past in terms of the present; ahistoricism, or the insistence that there are transhistorical concepts that allow us to identify universal regularities; Eurocentrism, or the privileging of European experience in our understanding of international

relations; anarchophilia, or the propensity to equate international relations with the existence of an anarchic system; and state-centrism, or the preoccupation with the state at the expense of other international actors (BUZAN; LITTLE, 1996; 2000).

A camisa de força do presentismo, do ahistoricismo, do eurocentrismo, da anarcofilia e do estado-centrismo seria aquilo que levaria ao subdesenvolvimento de teorias das relações internacionais, inclusive no Norte. Assim, buscar-se-á compreender se a política externa de Brasil e Argentina para o CDS encontra-se eivada dessas tendências. Caso haja variação no grau de aplicação delas, poder-se-á avaliar se a literatura regional e local caracteriza-se por ser maior localizadora de normas ou por ser maior criadora de normas subsidiárias (ACHARYA, 2014).

É mister considerar que Hey (1997) identifica que, dentre as variáveis que possuem maior potencial explicativo para a compreensão das variações das políticas externas latino-americanas, a distribuição de poder no cenário internacional, a ideologia do partido/regime/líder e as pressões e influência dos Estados Unidos figuram como mais relevantes. Talvez em decorrência da perene busca pela afirmação da autonomia, a distribuição de poder no cenário internacional, afirma a autora, não se destaca perante as outras duas.

O potencial explicativo da influência e das pressões estadunidenses, por sua vez, depende do grau de dependência da economia de dado Estado, estrutural e conjunturalmente, em função dos Estados Unidos, o que aponta para uma leitura filiada à teoria da dependência. Enquanto isso, a variável ideológica, qual seja, a orientação ideológica do partido, o regime ou do líder, para a autora, parece possuir maior potencial explicativo, por ser relevante na determinação do peso e da direção das relações causais entre política externa e as outras variáveis. Exemplifica Hey (1997):

For example, a policy maker's ideological orientation may govern the state's willingness to defy core actors, its definition of the national interest, the development model to be pursued to

meet public demands, whether it seeks prestige through status-quo or revisionist policies, and whether it will take a bandwagoning or balancing strategy over domestic conflict.

Adianta-se, portanto, que a literatura acerca das políticas externas latino-americanas costuma apontar para o protagonismo da ideologia do partido, do regime e do líder como variável explicativa de maior potencial para analisar as mudanças. Dessa forma, o nível de análise a ser observado na análise das políticas exteriores de Brasil e Argentina em torno do CDS difere daquele enfatizado por Waltz (1959).

O estruturalismo que entende a anarquia como causa permissiva da guerra não exclui a importância de causas eficientes, ou seja, contextuais, ou de causas imediatas ou subjacentes; apenas ressalta que estas não seriam reiteradamente responsáveis pelo fenômeno que visa a identificar, ou seja, a eclosão da guerra.

O debate de Singer (1961) a respeito de níveis de análise, por sua vez, emprestaria maior clareza à análise das políticas exteriores latino-americanas. De acordo com Onuf (1995), a contribuição de Singer (1961) delineou dois possíveis níveis de análise, o comportamental e o sistêmico, delineados por ele simplesmente como o sistema internacional e como o Estado Nação. Singer (1961) destaca que ambos os níveis de análise possuem efeitos para aqueles que o adotam, assim.

In terms of description, we find that the systemic level produces a more comprehensive and total picture of international relations than does the national or sub-systemic level. On the other hand, the atomized and less coherent image produced by the lower level of analysis is somewhat balanced by its richer detail, greater depth, and more intensive portrayal. As to explanation, there seems little doubt that the sub-systemic or actor orientation is considerably more fruitful, permitting as it does a more thorough investigation of the processes by which foreign

policies are made. Here we are enabled to go beyond the limitations imposed by the systemic level and to replace mere correlation with the more significant causation. And in terms of prediction, both orientations seem to offer a similar degree of promise. Here the issue is the function of what we seek to predict (SINGER, 1961)

Singer (1961) não advoga pela aplicação preferencial de nenhum dos dois níveis de análise, ao sublinhar que é relevante que se adote um ou outro nível ao longo da análise e que há diversas motivações para se escolher entre os dois.

Ao reconhecer a predominância do potencial explicativo da ideologia do líder, do partido ou do regime na literatura sobre a análise de política externa da América Latina, Hey (1997) aponta para a necessidade de cautela do analista, quando aborda as interações que Putnam (1988) identifica como um jogo de dois níveis entre a diplomacia e a política doméstica.

Sendo assim, para avaliar o comportamento de Brasil e Argentina perante a criação do CDS, seria essencial que a literatura apontasse variáveis relevantes ao tratamento do tema e pertencentes às interações entre os níveis (internacional e doméstico), selecionando-as de maneira a aproximar-se da verossimilhança individual, de cada um dos níveis e dos casos, assegurando, ainda, a possibilidade de se comparar sem que se ofereçam, apenas, dois estudos de caso diferentes sobre um mesmo tema.

No entanto, assumir a abordagem de Putnam (1988) implica em aceitar suas premissas, quais sejam, as de que:

At the national level, domestic groups pursue their interests by pressuring the government to adopt favorable policies, and politicians seek power by constructing coalitions among those groups. At the international level, national governments seek to maximize their own ability to satisfy domestic pressures, while minimizing the adverse consequences of foreign developments. (PUTNAM, 1988)

Nessa contribuição, Putnam (1988) destaca que seria necessário que se abstraíssem as preferências políticas do indivíduo negociado, ao avaliar o processo negociador em duas fases: a barganha entre os negociadores visando a um acordo; debates em separado entre cada um dos grupos de pressão a respeito da ratificação do acordo.

Dessa forma, do win-set, ou do elenco de possibilidades de sucesso na ratificação do produto de determinada negociação, depreender-se-ia que, tudo mais constante, quanto mais amplo o win-set, mais provável que o acordo seja atingido entre os negociadores internacionais; a abrangência relativa de cada um dos win-sets de uma negociação em face de seus grupos de pressão afetarão a distribuição dos ganhos da negociação internacional, ou seja, de acordo com Schelling (1960 apud PUTNAM, 1988), o poder do negociador encontra-se na inabilidade de fazer concessões e de atender a demandas do outro negociador.

Assim, quanto menor o win-set, ou seja, quanto maiores as restrições impostas pelos grupos de pressão domésticos ao negociador, mais este poderia obter êxito na negociação, em face da possibilidade, por exemplo, de uma desistência involuntária que descartaria todo esforço negociado. Em termos de segurança e defesa, os objetos de estudo subjacentes nas análises das políticas exteriores de Brasil e Argentina perante o a criação do CDS, a análise de Schelling (1960 apud PUTNAM, 1960) seria ainda mais pertinente, já que, a princípio, na esfera da alta política, os custos são mais altos – em última análise, a sobrevivência do Estado – e, portanto, são maiores também os incentivos para se manipular win-sets.

Em uma análise sobre a política exterior de Brasil e Argentina para o CDS, dessa maneira, é importante que se considere a possibilidade tanto de blefe, quanto de manipulação da situação dos grupos de pressão no escopo doméstico para se obter determinado resultado. Putnam (1988) identifica como determinantes do win-set as preferências, as coalizões e as instituições domésticas, além das estratégias dos negociadores no escopo internacional, considerando-se que os negociadores, no âmbito internacional, estão frequentemente mal ou pouco informados a respeito do que ocorre em nível doméstico, tanto em seu próprio Estado, quanto, e especialmente, no do outro. A incerteza e as táticas de barganha, portanto, convivem.

Oferecendo maior agência ao negociador ou ao líder da nação, ademais, o autor compreende as divergências de interesses entre o líder e aqueles no nome dos quais ele negocia, e em particular, as implicações

internacionais de sua posição doméstica. Reconhece, também, a possível reverberação de pressões domésticas internacionais sobre a arena política doméstica, a possibilidade de acordos institucionais domésticos poderem enfraquecer um líder em negociação ou o contrário, o contraste entre situações em que os interesses domésticos são homogêneos, bastando que se lide com dois diferentes polos dentre os grupos de pressão, enquanto haveria temas nos quais os interesses domésticos seriam mais heterogêneos e a cooperação internacional fosse mais provável, a importância de ter em mente ameaças, ofertas e compensações no âmbito internacional relacionando-as às suas incidências domésticas, a possibilidade de cruzamento temático em que estratégias em um tabuleiro impactam em coalizões inesperadas em outro tabuleiro, dentre outros.

A política externa de Brasil e Argentina acerca da criação do CDS, portanto, quando analisada com base na perspectiva de Putnam (1988), uma vez que análises sistêmicas não seriam comuns ou eficazes a respeito das políticas externas latino-americanas (HEY, 1997), devem abordar cada uma dessas questões, especialmente se o que é buscado é contar uma história (story-telling) de maneira a oferecer bases suficientemente comparáveis entre os dois fenômenos, possibilitando que se encontrem correlações causais ou tendências uniformes naquelas relações ou diante daquelas temáticas.

Essa contribuição, assim, como produto do esforço intelectual de uma analista local de política externa latino-americana, não busca revolucionar a literatura, apenas oferecendo maiores preocupações metodológicas, com base em uma literatura clássica sobre Análise de Política Externa e Política Comparada.

Em termos desta, então, entende-se que, para evitar que se conforme como uma pensadora inconsciente (SARTORI, 1970), será compreendido o objetivo da comparação como o controle de variáveis. Pretende-se controlar, portanto, as variáveis que embasam a política exterior de Brasil e Argentina em torno da fundação do CDS, comparando-as para buscar possíveis relações de causalidade que demonstrem o que levou cada um desses Estados a engajarem-se nesse projeto.

Como afirma Lijphart (1971), o método comparativo, aqui, pretende descobrir relações empíricas entre variáveis, não medi-las. Não se adotará, ainda, método para elaboração de estudos de caso, ainda que estes pudessem separadamente gerar, por exemplo, hipóteses então a serem contrastadas. Considera-se que, em algum grau, a literatura sobre

política externa latino-americana, e sobre os casos das relações exteriores de Brasil e Argentina em torno da constituição do CDS, especificamente, já tenham elaborado, ainda que de maneira inconsciente (Sartori, 1970), algumas hipóteses que poderiam vir a serem testadas.

Autores como Tickner e Weaver (2009) e Hey (1997) identificaram algumas linhas gerais dessas hipóteses, e essa contribuição pretende avaliar as linhas gerais do que já foi produzido a respeito do referido objeto de estudo.

Na língua inglesa, a expressão *apples and oranges* ganhou notoriedade, ao significar, no senso comum, a comparação entre duas situações superficialmente similares, mas distintas o suficiente para não serem comparáveis. Sartori (1994), ao responder à pergunta sobre o que é comparável, utiliza-se da analogia entre maçãs e pêras para afirmar que elas são comparáveis em termos de algumas de suas propriedades, especificamente no que concerne aquelas propriedades que lhes são semelhantes, enquanto não são comparáveis, se forem avaliadas propriedades que não lhes são semelhantes, thus, *pears and apples are comparable as fruits, as things that can be eaten, as entities that grow on trees; but incomparable, for example, in their respective shapes* (SARTORI, 1994). Para se comparar, é necessário, nesse sentido, entender em que sentido se busca comparar dois fenômenos, o que, ainda de acordo com o autor, poderia ser feito com ênfase para as semelhantes ou para as diferenças.

Quando se busca enfatizar as semelhanças, o que se faz é controlar aquelas variáveis semelhantes, descartando-as como explicativas para cada um dos comportamentos. Quando se busca alinhar as diferenças, pretende-se controlar as diferenças como variáveis de pouco potencial explicativo para comportamentos que são semelhantes.

Após essa breve explanação de cunho teórico-metodológico, a primeira parte desta contribuição engajar-se-á em apresentar debate sobre a distribuição de poder no cenário internacional, a ideologia do partido/regime/líder e as pressões e influência dos Estados Unidos figuram como variáveis que forjaram o engajamento brasileiro-argentino na arquitetura do CDS, de acordo com a literatura especializada, selecionando o jogo de dois níveis de (PUTNAM, 1988) como atizador de reflexões sobre as variáveis domésticas e internacionais inseridas na composição das políticas exteriores de Brasil e Argentina em torno da criação do CDS, dessa forma, compreendendo tanto o nível sistêmico, quanto o doméstico como

constrangimentos e restrições para o comportamento do Estado, em que pesem variações de relevância, incorporando, em decorrência da análise de Hey (1997), as preferências políticas dos líderes e dos negociadores à composição dos win-sets e às estratégias de negociação, além das coalizões e das instituições domésticas, doravante denominadas grupos de pressão.

A partir do reconhecimento dessas variáveis, o comportamento cooperativo de Brasil e Argentina perante a criação do Conselho de Defesa Sul Americano será analisado como variável dependente. As variáveis independentes seriam (a) a distribuição de poder no cenário internacional; (b) a ideologia do partido/regime/líder ou as preferências políticas dos negociadores; (c) as pressões e a influência dos Estados Unidos; (d) as estratégias de negociação; (e) os grupos de pressão domésticos. De acordo com o método de política comparada apresentado por Sartori (1970), será utilizada a noção do mais diferente. Assim, diferenciadas as variáveis independentes em relação às políticas exteriores de Brasil e Argentina em 2008, serão estas controladas como questões que não foram capazes de influenciar na posição cooperativa de Brasil e Argentina rumo à constituição do CDS.

Na seguinte parte deste artigo, concluir-se-á, verificando a filiação da análise de política externa de Brasil e Argentina acerca do comportamento dos dois países perante a cooperação em segurança e defesa regional às cinco características identificadas por Buzan e Little (2010) como camisas de força que impedem que as teorizações a respeito das Relações Internacionais rumem ao que Acharya (2014) sublinha como a criação de normas subsidiárias.

HERMANOS, PERO NO MUCHO

Brasil e Argentina, desde a década de 1980, passaram a relação marcada por cooperação que, ao contrário do que supõe a tradicional teoria dos regimes e a lógica de spill-over, tem início com interações em temas de segurança e defesa, mais especificamente em questões militares, para então transbordar para áreas de economia e comércio (CANDEAS, 2005; RUGGIE, 1992). A análise histórica das relações militares entre Brasil e Argentina demonstra a predominância bi-secular de competição e desconfiança, tanto por parte dos Exércitos, mas enfaticamente por parte das Marinhas. Se, durante a redemocratização, essas premissas

foram redesenhadas, ao ponto de, em 1997, ser assinada Declaração de Aliança Estratégica com concertação em Mecanismo 2+2 dos Estados-Maiores de ambos os países, o interesse de Buenos Aires e de Brasília em expandir a estabilização das relações militares para além do Conesul, engajando a América do Sul setentrional não é necessariamente resultado do transbordamento da pacificação das relações bilaterais brasileiro-argentinas.

A coincidência dos interesses de ambos, por sua vez, chama a atenção, sobretudo em face das nuances que marcam algumas características que podem ser sublinhadas como variáveis independentes para a explicação do ímpeto cooperativo de Brasil e Argentina para a criação do CDS.

Assim, desde 2001, quando o governo argentino revisou seu Livro Branco de Defesa, a necessidade de integração dos sistemas defensivo-militares do MERCOSUL foi apresentada em resposta às deficiências das forças armadas argentinas em face às novas ameaças internacionais e à necessidade de eficiência do gasto militar (ABDUL-HAK, 2013). Na Estratégia Nacional de Defesa do Brasil, encontra-se a seguinte explicação para os motivos de estimular a integração da América do Sul:

Essa integração não somente contribuirá para a defesa do Brasil, como possibilitará fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa. Afastará a sombra de conflitos dentro da região. Com todos os países avança-se rumo à construção da unidade sul-americana. O Conselho de Defesa Sul-Americano, em debate na região, criará mecanismo consultivo que permitirá prevenir conflitos e fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa, sem que dele participe país alheio à região (Estratégia Nacional de Defesa, 2008).

Já citando o CDS, no Livro Branco de Defesa do Brasil, vai-se adiante, ao afirmar que:

A integração sul-americana permanece como objetivo estratégico da política externa brasileira, pois o País reconhece no adensamento das relações políticas, sociais e econômicas entre os países sul-americanos um elemento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e para a preservação da paz na região. (...) A região sul-americana é a que tem apresentado menor incidência de conflitos entre Estados. Um ambiente regional pacífico vem contribuindo, mormente na última década, para o crescimento econômico da América do Sul. (...) A estabilidade e a prosperidade do entorno brasileiro reforçam a segurança do País e têm efeitos positivos sobre todos os países da América do Sul. (...) Ganha relevância, nessa perspectiva, a consolidação da União de Nações Sul- -Americanas (UNASUL), que se tem revelado um instrumento para a solução pacífica de controvérsias regionais, para a proteção da democracia na América do Sul, para o fortalecimento do diálogo entre os Estados-membros e para a progressiva formação de uma base industrial de defesa sul-americana (BRASIL, 2012).

Dessa forma, oficialmente, Brasil e Argentina afirmam suas vontades de cooperar em torno de mecanismos regionais sul-americanos na temática de segurança e defesa, embora, àquela altura, a Argentina ressaltasse apenas o Conesul.

A retórica do Livro Branco do Brasil aponta algumas possibilidades de motivação para a posição brasileira, hipóteses que poderão ser testadas a partir, por exemplo, do contraste com aquelas que resultarão dos esforços dessa contribuição no sentido de analisar as referidas variáveis independentes.

A DISTRIBUIÇÃO DE PODER NO CENÁRIO INTERNACIONAL

No esforço de entender a posição coincidente de Brasil e Argentina a partir de uma comparação que controla as variáveis mais diferentes, destaca-se a distribuição de poder no cenário internacional como a primeira diferença entre os dois Estados. Em termos de segurança e defesa, objeto referencial da posição de Brasil e Argentina em torno do CDS, compreendem-se assimetrias favoráveis ao Brasil, como se enxerga na atribuição a Brasília de relevância no escopo de fóruns como os BRICS, o IBAS, o G4 para a Reforma das Nações Unidas, dentre outros.

Abdul-Hak (2013) apresenta que, em 2005, os gastos militares argentinos, em termos absolutos, levaram o país a ficar atrás, na região sul-americana, de Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela. O Brasil lidera a classificação. Ademais, 80% desses gastos teriam sido voltados à cobertura de obrigações com pessoal. A mesma autora ressalta que os gastos com pessoal também mobilizam grande parte do recurso do Ministério da Defesa do Brasil (por volta de 75%), embora seu orçamento gire entorno de US\$ 35 bilhões, enquanto o orçamento argentino está por volta de US\$1.5 bilhão. Essa diferença é extremamente relevante, pois, após o pagamento de pessoal, pouco resta aos argentinos, em termos absolutos, por exemplo, para manutenção de equipamento ou para reequipamento das Forças Armadas.

Em comparação à Argentina, o que resta para o Brasil, após o pagamento de pessoal, incluindo pensões, é bastante significativo, levando à modernização das Forças Armadas, com a aposentadoria por exemplo de caças Mirage em 2013, para a compra de caças Gripen, mais modernos e adequados às guerras não convencionais ou mesmo mais potentes em relação aos concorrentes de outros Estados, enquanto, também em 2013, a Argentina anunciava a compra de caças Mirage (ARGENTINA..., 2013; FORÇA AÉREA BRASILEIRA, 2013).

A IDEOLOGIA DO PARTIDO/REGIME/LÍDER OU AS PREFERÊNCIAS POLÍTICAS DOS NEGOCIADORES

Em 2008, tanto Brasil quanto Argentina passavam pela consolidação político-partidária dos partidos que, em 2003, haviam assumido o governo. A administração de Lula encontrava ápice de popularidade com alto crescimento do PIB, distribuição de renda e diminuição da fome e da

pobreza extrema, tendo garantido a reeleição para o segundo mandato e posteriormente elegendo a sucessora Dilma Rousseff.

Na Argentina, a situação era semelhante, ou seja, as preferências políticas dos negociadores, bem como a ideologia dos partidos e dos líderes não eram tão diferentes quanto as assimetrias dos fatores militares. No entanto, na Argentina, ainda que o crescimento do PIB fosse alto e houvesse importante distribuição de renda, o nível geral de preços (a inflação) e as querelas entre os Kirchner e os setores conservadores tanto da economia quanto da política argentina diferiam do agrado que, em 2008, Lula representava para o conservadorismo da economia brasileira, como as construtoras, os exportadores da linha branca, dentre outros (SIMONOFF, 2009). Esses elementos institucionais domésticos serão apontados de maneira mais relevante, no próximo tópico, quando se falará dos grupos de pressão nacionais em torno da posição cooperativa de Brasil e Argentina para a constituição do CDS. No entanto, naquele tópico, serão ressaltados os grupos de pressão mais voltados para a questão militar, enquanto aqui estes grupos fornecem indicadores eficientes para se avaliar o comprometimento do líder ou do partido com uma ideologia associada ao neo-desenvolvimentismo (KRÖGER, 2012).

Se, por um lado, portanto, Brasil e Argentina coincidiam na ênfase à justiça social no cerne de suas políticas econômicas, como demonstram pela assinatura do Consenso de Buenos Aires, em contraponto ao Consenso de Washington, em 2004; por outro, a Argentina estabeleceu hierarquia entre direitos sociais e macroeconomia, gerando desequilíbrio perene, enquanto o Brasil entendia-os como complementares. Esse contexto deflagra o grau de comprometimento dos Kirchner com questões ideológicas, em comparação ao governo Lula (SIMONOFF, 2009). Assim, a ideologia do partido/regime/líder ou as preferências políticas dos negociadores, dentre as variáveis independentes, é aquela que menos distancia Brasil e Argentina, ainda que haja diferenças importantes.

AS PRESSÕES E A INFLUÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS

Em termos de pressões dos Estados Unidos, reconhece-se uma convivência salutar e cooperativa entre os governos de Lula e de Bush, o que viria a culminar, em 2007, com reunião bilateral entre os Presidentes e a assinatura de diversos compromissos que versavam desde questões raciais a energéticas e militares.

Já a política externa argentina encontrava maiores dificuldades decorrentes, ainda, do comprometimento do governo argentino com crítica aberta a Washington, em face, como anuncia Hey (1997) da dependência sobretudo em termos financeiros da Argentina em relação aos Estados Unidos, o que recrudescia o revisionismo de Buenos Aires. O Brasil, mais confortável em termos comerciais e financeiros, também se posicionava de maneira mais branda quanto às posições de Washington. Ainda assim, as pressões e as influências de Washington pesavam sobre Brasil e Argentina sobretudo militarmente, na medida em que os Estados Unidos aumentavam sua presença militar na Colômbia e reativavam a IV Frota.

Se, para o Brasil, ambos os sinais levavam o país a seguir e aprofundar sua estratégia de reequipamento das Forças Armadas e de ocupação do Atlântico Sul, além de aumentar a complexidade das operações de patrulha e inspeção, e ainda da ocupação militar das faixas de fronteira; para a Argentina, a complacência de Washington com a Guerra das Malvinas, o retorno do pleito sobre as Malvinas à agenda da política externa do país, ao lado da presença territorial do Grã-Bretanha, aliado global dos Estados Unidos, por exemplo, na guerra contra o terror, em ilhas do Atlântico, junto com a decisão de explorar hidrocarbonetos na região em litígio, ao lado do aumento da presença de DC na região sul-americana, representavam ameaça ainda mais protuberante.

AS ESTRATÉGIAS DE NEGOCIAÇÃO

Como consta nos documentos oficiais da Defesa de Brasil e Argentina (ABDUL-HAK, 2013), o objetivo dos dois países não era deveras distinto quando da negociação do CDS. Embora a iniciativa tenha partido do Ministro da Defesa do Brasil, Nelson Jobim, àquela altura, a preocupação imediata restava-se tanto para o Brasil, quanto para a Argentina sobre as relações entre Colômbia e Venezuela e a crescente presença militar dos Estados Unidos na região Sul-Americana, a partir do Plano Colômbia, no mesmo ano em que reativavam a IV Frota.

Dessa forma, Brasil e Argentina coincidiam, em grande medida, em suas estratégias de negociação, assinalando para a presença militar de atores extrarregionais como gatilho para o consenso entre os sul-americanos. Percebe-se, assim, que as estratégias de negociação coincidem em decorrência da existência de pressão e de influência dos Estados Unidos em assuntos militares na região, sendo, portanto, esta variável

(pressão e influência) de maior relevância para a explicação da posição de Brasil e Argentina do que as estratégias de negociação, entendidas como resultados.

OS GRUPOS DE PRESSÃO DOMÉSTICOS

Resta, nesse sentido, avaliar os grupos de pressão domésticos como variáveis que ajudam a explicar a posição coincidente de Brasil e Argentina a respeito da criação do CDS. Aqui, o cenário é mais uma vez deveras distinto.

O setor militar na Argentina foi, no processo de redemocratização, em grande medida, afastado da política e das questões domésticas, ao ponto de, em 1988, os argentinos já terem aprovados nova Lei de Defesa Nacional, enquanto o Brasil, ainda em 2015, recepciona e mantém em vigor a Lei de Segurança Nacional redigida e aprovada no período de regime militar. Ainda, a Argentina aprovou, em 1992, Lei de Segurança Interior com base na ideia que se tinha sobre a

Reconfiguração do arcabouço legal e institucional das Forças Armadas, baseado na convergência da classe política local em torno de alguns pressupostos essenciais: o conceito de defesa como um esforço nacional direcionado contra agressões militares de origem externa, a distinção legal e institucional entre defesa e segurança interior, a identificação das Forças Armadas como instrumentos de defesa nacional, a redução do escopo das atividades de inteligência militar, a excepcionalidade de qualquer intervenção militar na manutenção da ordem interna e a necessidade de planejamento militar conjunto e de reestruturação para reduzir a autonomia das Forças Singulares (ABDUL-HAK, 2013).

Enquanto isso, no Brasil, a polícia militar e o corpo de bombeiros, por exemplo, atuam na lógica estratégica e, sobretudo os policiais militares, tática das Forças Armadas. Ademais, a participação dos

militares na imposição do monopólio legítimo do uso da força sobre o território nacional perante os próprios cidadãos não é, no Brasil, o tabu que representa à sociedade argentina.

Pelo contrário, em 1999, lei complementar passou a prever a subsidiariedade das Forças Armadas no apoio às forças de segurança pública na faixa de fronteira e no combate a crimes transfronteiriços e ambientais, além de também leis complementares, agora de 2004 e 2010, terem aprovado a participação do que foi, a partir de 2004, previsto como Força Nacional de Segurança Pública, ou seja, o emprego de forças armadas para garantirem a paz e a ordem, por exemplo, perante a presença do crime organizado em comunidades carentes do Rio de Janeiro (RODRIGUES, 2012).

Nota-se, portanto, que os grupos de pressão de maior interesse para a temática da integração militar na América do Sul, as Forças Armadas, encontravam-se em posição distinta em Brasil e Argentina, assim como se encontram as indústrias de defesa de ambos os países, que, no Brasil, além de possuírem tradicional produção de, por exemplo, artefatos como bombas de gás lacrimogêneo, mas também armas de calibre pequeno ou médio, inclusive para a exportação, contando, a partir da criação do Ministério da Defesa, em 1999, com significativo orçamento que a estimulou; na Argentina, o orçamento do Estado é deveras mais restrito e civis e militares têm maiores dificuldades de cooperarem.

Dessa forma, os grupos de pressão domésticos não compreendem variável de potencial explicativo relevante para a coincidência de posições entre Brasil e Argentina no intuito de criar o CDS.

CONCLUSÃO

Perante a análise comparada do potencial explicativo das variáveis independentes que se relacionariam com as posições coincidentes de Brasil e Argentina acerca da criação do CDS, com base no método do mais diferente, compreendeu-se que as pressões e a influência dos Estados Unidos tiveram maior impacto sobre a posição comum brasileiro-argentina do que a outra variável que tende a diferenciar-se menos em ambas as políticas externas, a ideologia dos líderes e dos partidos.

Dessa forma, não se confirma o que Hey (1997) identifica em grande parte da literatura regional e local sobre a política externa dos países latino-americanos. No caso do Conselho de Defesa Sul-Americano, a coincidência ideológica entre os Kirchner e Lula, bem como entre seus

partidos que participam ambos do Foro de São Paulo, talvez inclusive por não ser inequívoca, não foi essencial para o alinhamento entre Brasília e Buenos Aires, sendo, no entanto, causa eficiente, ou seja, causa contextualmente presente, embora não necessariamente essencial como gatilho para o comportamento cooperativo de ambos (SIMONOFF, 2009).

Já a pressão dos Estados Unidos elevava os custos de posição diversa da que Brasil e Argentina adotaram, tornando-a talvez a única razoável se admitirmos, como assume Putnam (1988) que, no nível internacional, governos nacionais buscam maximizar a própria capacidade de satisfazer pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas dos eventos externos.

Reconhece-se, ainda, aquilo que Buzan e Little (2010) apontam como estado-centrismo e anarcofilia como motivações para a tomada de decisões dos atores. As novas ameaças foram menos importantes para a aproximação militar sul-americana e brasileiro-argentina do que a presença militar do Exército e da Marinha dos Estados Unidos, em mecanismo que se aproxima à assunção da anarquia e da auto-ajuda como parâmetros a serem amenizados em seus efeitos sobre Estados menos fortes sobretudo militarmente.

O Eurocentrismo de Buzan e Little (2010) também permanece, na medida em que, embora o referencial para a ação defensiva sul-americana tenha sido os Estados Unidos, a lógica aplicada ao Conselho Sul-Americano deriva da racionalidade das teorias das Relações Internacionais derivadas do pensamento eurocêntrico que, por sua vez, ao privilegiar o positivismo, tende ao presentismo e ao ahistoricismo.

Assim, a prática de política externa de Brasil e Argentina para a formação do Conselho de Defesa Sul-Americano corroboraria a noção de localização de normas apresentada por Acharya (2014), deixando de apresentar novas categorias de análise para as Relações Internacionais.

Por fim, com vistas ainda a verificar o caráter de localização ou de subsidiariedade dos ímpetus da literatura brasileira em avançar no debate epistemológico das Relações Internacionais com base em construtos empíricos regionais, nacionais e locais, apreendem-se pistas para abordar reavaliações da noção de Buzan e Weaver (2003) a respeito da existência de um Complexo Regional de Segurança (CRS). Escolheu-se artigo publicado nos últimos dois anos por dois pesquisadores brasileiros em revista de Qualis A, para que se engatilhem debates em termos diretamente epistemológicos inspirados em experiências e perspectivas brasileiras.

Politicamente, é possível que, mesmo de maneira hesitante, o Brasil possua papel relevante na configuração do Complexo Regional de Segurança Sul-Americano. No entanto, a hesitação em reconhecer-se líder derivaria da leitura brasileira de que sua estabilidade regional, essencial inclusive para sua projeção global, por exemplo, a partir do Atlântico Sul, resultaria daquilo que Visconde de Rio Branco interpretou como Cordialidade Oficial – e que, hoje, é criticamente tida como paciência estratégica.

O Brasil reconheceria resistências e fragilidades regionais com as quais também se identifique como janela de oportunidade para atuar de forma a rechaçar influências extrarregionais que ameacem a assimetria de poder que o favorece, como a presença militar dos Estados Unidos, mesmo que as capacidades de poder brasileiras, tanto materiais, quando ideacionais, extrapolem significativamente, como visto anteriormente, aquelas dos demais sul-americanos – como, no caso apresentado, da Argentina.

Dessa forma, é consequência da premissa de Fuccile & Rezende (2013) sua estranheza expressa sobre a hesitação do Brasil em proclamar-se como líder regional. Ao defenderem a posição fulcral do Brasil como possuidora de potencial explicativo maior do que aquele auferido por Buzan e Weaver (2003), os autores “Enxergam[os] uma balança de poder em que um cenário de unipolaridade, nos termos de Wohlforth (1999), por parte do Brasil predomina na América do Sul – premissa trabalhada, entre outros, por Rodríguez “(FUCCILE; REZENDE, 2013)”.

Com base nos espaços deixados ao Brasil pela retração da política externa de DC em relação ao cotidiano Américo-meridional, espécie de autonomia consentida ou de negligência salutar, os autores apontam o protagonismo do Brasil, em detrimento daquele dos EUA, ilustrando-o a partir da criação do CDS, da Unasul e da entrada da Venezuela no Mercosul. Afirmam os autores, assim, que :

O protagonismo exercido pelo país na criação da Unasul e do seu Conselho de Defesa o qualificaria como ator central para o CRS [Complexo Regional de Segurança], exercendo sua hegemonia regional via institucionalização e agregação para um processo de integração regional. Em conjunto, esses dois fatores contribuem para que seja possível traçar uma mudança no CRS da América do Sul, mas não

em direção a uma divisão na região em dois subcomplexos distintos, como afirmavam Buzan e Waever (2003), mas em direção a um CRS centrado, com o Brasil no papel unipolar. Isso qualificaria o CRS da América do Sul na única categoria que esses autores apresentam, mas não identificam em nenhum caso: um CRS centrado no qual o polo não é uma grande potência global (FUCCILE; REZENDE, 2013).

Leituras como essas tendem a exacerbar as coincidências entre as posições dos países sul-americanos, minimizando resistências regionais às assimetrias entre o Brasil e os vizinhos. A mera verbalização da Cordialidade Oficial ou do *aggiornamento* de seu termo na expressão paciência estratégica, por sua vez, aponta para o reconhecimento pelo Estado brasileiro de que, mesmo diante de gradativas institucionalizações contextualmente favoráveis a Brasília, as capacidades e as limitações do Estado brasileiro são diferentes daquelas dos demais países da região, o que gera situação em que não se possui poder suficiente para dissuadir toda e qualquer resistência, aproveitando-se de episódios como ameaças extrarregionais para estabelecer instituições que racionalizem sua dominância.

Ao concluírem, portanto, que as organizações regionais, no período contemporâneo, diferem quantitativa e qualitativamente daquelas quando os Estados Unidos possuíam influência inequívoca na região, especialmente durante a Guerra Fria, Fuccile e Rezende (2013) não oferecem evidências conclusivas de que isso decorra de uma troca de hegemonias, mesmo diante do aumento nas assimetrias de poder entre o Brasil e os vizinhos e do suposto novo e declinante espaço da América do Sul na Grande Estratégia do Tio Sam.

Dessa forma, ao estabelecerem como causa essencial para a ampliação da relevância brasileira na América do Sul um traço conjuntural, e não estrutural, da política externa dos Estados Unidos, diante, ainda, do caráter reativo das políticas exteriores de Brasil e Argentina à presença militar de Tim Sam na região, é arriscado concluir que, estruturalmente, o Brasil ocuparia espaço que transformaria a estrutura do CRS Sul-Americano em algo jamais identificado por Buzan & Waever (2013), porquanto previsto. Em alguns momentos, em determinadas negociações, é possível que tal configuração se imponha, mas a América do Sul parece permanecer

como “conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados uns dos outros (Buzan e Weaver, 2003 apud Fuccile e Rezende, 2013)”, sendo que os Estados Unidos são diretamente partes desse processo, ainda que o grau de participação voluntária da superpotência tenha arrefecido ou venha a arrefecer.

Portanto, mesmo que a análise de Fuccile & Rezende (2013) seja mais verossimilhante do que aqui apresentado, permanece dentro das linhas epistemológicas propostas por escolas de pensamento distantes daquelas que buscam pensar, diretamente, a realidade regional, nacional e local da América do Sul.

Revela-se oportuno, assim, compreender se aquilo que os autores identificaram como diferente na liderança regional do Brasil não difere do que foi proposto por Buzan & Waever (2003), gerando, por sua vez, novas categorias de análise para a Teoria das Relações Internacionais. O presente artigo pretende, com essa e as demais provocações, gerar debate nacional que reúna, principalmente, questões relacionadas à paz e à segurança do Brasil, como inerentemente debatedoras daquilo que Buzan e Little (2010) destacam como amarras para o pensamento internacional.

REFERÊNCIAS

ABDUL-HAK, A. P. N. T. *O Conselho de Defesa Sul Americano (CDS): objetivos e interesses do Brasil*. Brasília: Funag, 2013. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1051-Conselho_de_Defesa_Sul_Americano.pdf> Acesso em: 25 jun. 2015.

ACHARYA, A. *Rethinking power, institutions and ideas in World Politics: whose IR?* New York: Routledge, 2014.

ARGENTINA investirá US\$ 2 bi em suas forças: plano de cristina para reequipar militares prevê compra de caças Mirage usados. *Defesanet*. Brasília, Out. 2013. Disponível em: <[http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/12539/Argentina-investira-US\\$-2-bi-em-suas-forcas/](http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/12539/Argentina-investira-US$-2-bi-em-suas-forcas/)>. Acesso em: 25 jul. 2015.

BRASIL. *Estratégia Nacional de Defesa: paz e segurança para o Brasil*. 2.ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2008. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2015.

BRASIL. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbndn.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2015.

BRAVEBOY-WAGNER, J. (ed.) *The Foreign Policies of the Global South: Rethinking Conceptual Frameworks*. Boulder, Colo. L. Rienner, 2003.

BUZAN, B.; WAEVER, O. *Regions and powers: the structure of international security*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, B.; LITTLE, R. World history and the development of non-Western international relations theory. In: ACHARYA, A.; BUZAN, B. (eds.) *Non-Western International Relations Theory: perspectives on and beyond Asia*. London: Routledge, 2010.

CANDEAS, W. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 48, n. 1. p. 178-213, jan./jun. 2005.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. *Fab.mil.br* (2013) Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/17473>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

FUCCILE, A.; REZENDE, L. P. Complexo regional de segurança da América do Sul: uma nova perspectiva. *Contexto internacional*, Rio de Janeiro, v. 35, jan./jun. 2013.

HEY, J. A. K. Three building blocks of Latin American Foreign Policy. *Third World Quarterly*, London, v. 18, n. 4, 1997.

KRÜGER, M. Neo-mercantilist capitalism and post-2008 cleavages in Economic Decision-making power in Brazil. *Third World Quarterly*, London, v. 33, n. 5, p. 887-901, 2012.

LIJPHART, A. Comparative Politics and the Comparative Method. *The American Political Science Review*, Baltimore, Md., v. 65, n. 3, p. 682-693, Sep., 1971.

ONUF, N. Levels. *European Journal of International Relations*, London, v. 1, n. 1, 1995.

PUTNAM, Robert D. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-level Games. International Organization, Cambridge, Mass., US, v. 42, n. 3, 1988.

RODRIGUES, T. M. S. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 9-41, jan./jun. 2012.

RUGGIE, J. G. Multilateralism: the anatomy of an institution. *International Organization*, Cambridge, Mass., US, v. 46, n. 3, 1992.

SARTORI, G. Concept misformation in comparative politics. *American political science review*, Baltimore, Md., US, v. 64, p.1033-1053, 1970

_____. *Comparative Constitutional Engineering: an inquiry into structures, incentives, and outcomes*. New York: New York Univ. Press, 1994.

SIMONOFF, A. Regularidades de la Política Exterior de Néstor Kirchner. *CONfines relacion. internaci. ciencia política*, Monterrey, v. 5, n. 10, p. 71-86, ago./dic. 2009.

SINGER, David. The Level of Analysis Problem in International Relations. *World Politics*, Princeton, NJ, US, v. 14, n. 1, 1961.

TICKNER, A.; WAEVER, O. *International Relations Scholarship Around the World*. London: Routledge, 2009.

WALTZ, K. *Man the State and war*. New York: Columbia University Press, 1957.

Recebido em: 27/07/2015

Aceito em: 09/09/2015